

Um paradoxo patrimonial: a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro

Roberto Segre (in memorium)

Arquiteto e Urbanista, doutorado em História da Arte pela Universidade de Havana, Cuba, doutorado em Urbanismo no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, pós-doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Henrique dos Santos

Ecólogo, doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil, professor adjunto do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prédio da Reitoria/FAU, Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-485, (21) 3938-1628, joaohenrique@fau.ufrj.br

Estela Maris de Souza

Arquiteta e Urbanista, doutoranda do PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prédio da Reitoria/FAU, Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-485, (21) 3938-1628, emaris711@gmail.com

Resumo

A Catedral do Rio de Janeiro foi construída na Esplanada de Santo Antônio na segunda metade do século XX. A nova Catedral rompe com a tipologia das igrejas coloniais e traz a influência das pirâmides maias em um edifício moderno. A Esplanada de Santo Antônio traduz a grande ruptura que o tecido urbano sofreu nessa área onde é significativo o contraste entre o passado e o presente deixando em aberto o desafio de integrá-los em um conjunto patrimonial que recupere os valores humanísticos que sempre caracterizaram a cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, história urbana, Catedral Metropolitana.

O paradoxo patrimonial representado pela Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro foi construída em um espaço emblemático da cidade onde havia o Morro de Santo Antônio e uma lagoa de mesmo nome. Com a dissecação da lagoa surge o Largo da Carioca e com o desmonte parcial do morro temos a Esplanada de Santo Antônio. São duas áreas contíguas de mesma origem, mas que guardam singularidades. Essas duas áreas formam uma paisagem urbana dicotômica em função do tecido urbano original, pois a Catedral Metropolitana e os edifícios institucionais da década de 70 se contrapõem ao conjunto franciscano representado pelo Convento de Santo Antônio no Largo da Carioca. Os edifícios modernos representados pelas sedes da Petrobrás, BNDES e Caixa Econômica refletem o momento de desenvolvimento econômico do país na década de 60/70, embora a cidade do Rio de Janeiro não fosse mais a capital federal. Neste cenário de uma das áreas mais importantes do centro

do da cidade do Rio de Janeiro temos a construção da Catedral Metropolitana e suas varias nuances.

Uma catedral itinerante

A Catedral do Rio de Janeiro antes de se estabelecer na Esplanada de Santo Antônio, no centro de negócios da cidade, teve sua história marcada pela itinerância de 300 anos. Desde a criação da Diocese em 1676, até a inauguração da Catedral Metropolitana, em 1976, a Catedral foi abrigada por três igrejas de irmandades, Santa Cruz dos Militares, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Além destas ainda houve um pleito pela igreja da Candelária e três projetos desenvolvidos, mas nenhuma dessas ações foram concretizadas (Figura 1). Sua tipologia foi desde a tradicional igreja colonial até o edifício moderno. O centro da cidade modernizou-se através das grandes avenidas e a Catedral Metropolitana atual traduz

esse período de transformações modernistas em que o antigo dava espaço ao novo, e o moderno traduzido através da cidade espetáculo. O edifício impõe-se pela escala e sua forma insólita, alterando o paradigma tipológico consagrado na construção de edificações religiosas no Rio de Janeiro colonial.

A Diocese do Rio de Janeiro foi criada em 1676, ato instituído pelo Papa Inocêncio XI no Reinado de D. Pedro II, de Portugal. Quando da criação do bispado, a Matriz do Rio de Janeiro funcionava na modesta igreja de São Sebastião no Morro do Castelo. Essa igreja (Figura 2) foi construída por Salvador Correia de Sá em 1583 para onde foram levados os restos mortais de Estácio de Sá, fundador da cidade.

Este simples templo tombou destruído com o arrasamento do Morro do Castelo em 1922, mas antes disso já estava em condições precárias de abandono. Com a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro começou-se o estabelecimento nas várzeas. Esse deslocamento fez com que os Ministros da Sé e Bispos começassem a achar longe e difícil o acesso à Catedral no Morro do Castelo e foi sendo aos poucos abandonada. No início do século XVIII já se pensava na mudança da Sé para a planície.

A falta de construção de uma igreja própria para a Catedral levou os Bispos fluminenses a pleitearem

igrejas de Irmandades. Essa tarefa não foi fácil, pois os membros das Irmandades fugiam da convivência com o Cabido.

Em 1702 foi pedido para que a Sé mudasse para a igreja de São José, mas também foi cogitado um projeto para a Sé em 1703. A igreja de São José não foi aceita e a igreja da Irmandade da “Santa Cruz dos Militares” foi cotada desde que se fizesse o Cruzeiro com Capela Mor, Sacristia, Sala de reunião do Cabido aproveitando o corpo do templo. Nesse meio tempo a igreja da Candelária (Figura 3) também foi pleiteada, tendo seu consentimento em 1721, mas a mudança nunca ocorreu. Em 1733 a Sé é transferida para a igreja Santa Cruz dos Militares (Figura 4) de fato. No entanto, não foi uma estadia tranquila.

A Igreja Santa Cruz dos Militares, pela precariedade, não aguentou os arranjos para tornar-se a Catedral, e estava prestes a ruir quando os Cônegos foram transferidos interinamente para rezar na Igreja N. Sra. do Rosário dos Pretos (Figura 6) em 1737; ato que se tornou definitivo em 1739. E, mesmo sob protestos, aí permaneceu até a chegada da Família Real em 1808. No entanto, o pleito para um projeto para a Sé foi aceito e, em 1749, definiu-se o terreno no atual Largo de São Francisco, onde foi lançada a pedra fundamental para construção da nova Sé (Figura 7).

Figura 1: Mapa com a localização das Igrejas que foram Catedral após saída da Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo. Fonte: Mapa realizado pelos autores sobre imagem do Google Maps.

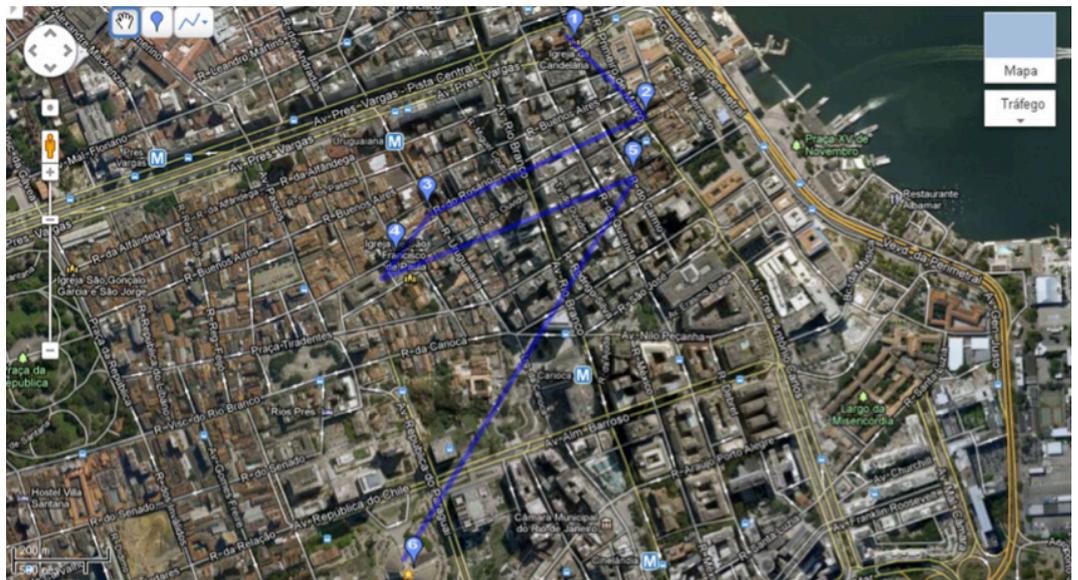




Figura 2 (topo): Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo. Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402158/icon1402158.jpg>.

Figura 3 (centro): Igreja da Candelária (Nº 1 no Mapa). Fonte: <<http://capeladomeminodeus.blogspot.com.br/2011/02/parouquia-nossa-senhora-da-candelaria.html>>.

Figura 4: Igreja Santa Cruz dos Militares (Nº 2 no Mapa). Fonte: Fotografia realizada pelo autor, jan 2013.



Figura 5 (topo): Igreja do Carmo (Nº 5 no Mapa). Fonte: Fotografia realizada pelo autor, jan 2013.

Figura 6 (esquerda): Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Nº 3 no Mapa). Fonte: Fotografia realizada pelo autor, jan 2013.

Figura 7 (direita): Igreja São Vicente de Fora, fachada principal, Armando Serôdio, 1960 – inspiração para o projeto (Nº 4 no Mapa). Fonte: <<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=231>>.

A planta da igreja foi realizada pelo Sargento-Mor Carlos Manuel e as obras se arrastaram até 1752. As obras ficaram paralisadas por 44 anos, pois o Estado estava mais preocupado com as fronteiras do que com a construção de uma nova Sé. O Cabido, cansado de esperar, ainda conseguiu levar a obra até 1797, mas nessa data a obra parou novamente e acabou abrigoando a Academia Militar após reforma.

Com a chegada à cidade da Família Real, esta não deveria frequentar a igreja de pretos, e o Rei ordena que os Carmelitas sejam desalojados de seu convento para que D. Joãoelevasse a igreja anexa a Capela Real. Portanto, a Igreja do Carmo (Figura 5) não foi elevada a Catedral, mas a Capela Real. E a partir daí todas as grandes solenidades da Corte foram feitas na Capela Real. Em 1818 nela foi realizada a Sagração de D. João VI – Rei de Portugal, Brasil e Algarves, a única sagração de um Rei europeu realizada em terras americanas. Nela foram Sagrados os dois Imperadores do Brasil: D. Pedro I em dezembro de 1822, quando ela passou a ser a Capela Imperial e D. Pedro II então com apenas 15 anos em julho de 1841. Com a Proclamação da República a Igreja sofreu uma restauração e em 1900 foi reinaugurada como a Catedral Metropolitana, com grandes solenidades, em celebração do Quarto Centenário da Descoberta do Brasil. Já na República, o Prefeito Pereira Passos exigiu reformas externas que levaram sua feição simples colonial a pretensões renascentistas de gosto duvidoso.

Além da itinerância da Catedral pelas igrejas e da obra iniciada no atual Largo de São Francisco, ainda foram feitos dois projetos para a construção da Catedral do Rio de Janeiro. Um deles ainda levava em conta o Morro de Santo Antônio colocando a Catedral no cume do morro. Já o segundo projeto estava dentro das diretrizes do projeto de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro inspirado na Europa, precisamente em Paris/França que abriam grandes avenidas e visadas.

No entanto, a idéia da construção de uma Catedral não havia terminado, mas era necessário encontrar um terreno já que a construção no Largo de São Francisco foi requisitado por Dom João VI para a criação da Academia Militar e desde aqueles tempos estava ocupado. Havia uma urgência nesse projeto em função dos festejos dos 400 anos de fundação da Cidade, pois era necessário construir um “templo

que seja um escrínio de sua arte, de sua história, da sua fé” (CALLIARI, 1977, pg. 63).

O Rio de Janeiro nasceu também sob o signo bendito da Cruz; mas... até hoje, depois de inúmeras tentativas, continuamos sem Catedral, porque até hoje os poderes públicos não nos fizeram justiça, pela desapropriação da que estava em construção na praça Real da Sé Nova, hoje Largo de São Francisco. (CALLIARI, 1977, pg. 64)

Por esse motivo, pela tradição histórica de todas as cidades do Brasil, pelo exemplo dado pelo Governo Federal, em Brasília, doando terreno para 20 igrejas, inclusive a Catedral, pelo princípio de democracia, pois esse é o desejo de todos os católicos, que passam de 85% da população carioca, pedimos que a V. Excia. Sr. Governador do Estado, haja por bem enviar uma mensagem à Câmara do Estado, solicitando autorização para doar um terreno no centro urbano em que se construa a Catedral do Rio de Janeiro. Caso não seja pedir demais, tomo a liberdade de o localizar na esplanada do morro de Santo Antônio, pois a sua área não está ainda entregue ao uso público. Além disso, nela podem ser logo iniciados os trabalhos de construção por se achar livre e desimpedida; e pela exigüidade de tempo, urge o início das obras. (CALLIARI, 1977, pg. 65)

Em 1960 saiu publicado no Diário Oficial o Projeto de Lei doando o terreno para a construção da Catedral e edifícios assistenciais. E após 300 anos finalmente a cidade do Rio de Janeiro teria sua Catedral.

Um insólito edifício

O partido arquitetônico da Catedral nasce em 1956, em Zipaquirá, Colômbia. Dom Jaime de Barros Câmara se encanta com a “Catedral do Sal” e ao voltar sugere que se faça o mesmo no Rio de Janeiro no morro da Babilônia ou na pedreira da Favela, na altura do Mangue. No entanto, uma obra desse porte no morro da Babilônia ficaria muito caro.

Pelo décimo do preço poderíamos construir uma de cimento, em forma de cruz, cujas paredes subiriam até a altura do raio do círculo. Círculo que a cada dois metros – em aros também de 2 metros – elevar-se-iam formando a cobertura: assim como uma cúpula. (CALLIARI, 1977, pg. 81)

Foram montadas duas maquetes: uma de 50 metros de altura e outra de 100 metros, ambas com o diâmetro externo de 100 metros. Aquela desagradou, ficava acachapada. A outra, pareceu melhor. E ficou exposta no dia do lançamento da 1ª pedra, à 20 de janeiro de 1964, diante da grande multidão que acompanhara a procissão do Santo Padroeiro, e se postara ao longo do imenso círculo dos alicerces. (CALLIARI, 1977, pg. 81)

O projeto definitivo foi confiado ao arquiteto Edgar de Oliveira da Fonseca; o engenheiro foi Newton Sotto Maior e o mestre de obras, Joaquim Corrêa; e o executor das obras, o secretário particular do Cardeal Câmara, Monsenhor Ivo Antonio Calliari. No entanto, o governador Carlos Lacerda criticou a maquete da nova Catedral. E a situação se complica, pois ele deveria aprovar as plantas para o início da obra. Monsenhor Calliari estava no escritório da firma Severo e Villares folheando uma revista maia quando se deparou com uma pirâmide escalonada.

De que maneira conjugar o círculo e a cruz foi o desafio enfrentado até delinear a Catedral que aí está, de estilo tão diferente de todas as igrejas construídas conforme os padrões convencionais. E esse desafio encontrou resposta e inspiração na pirâmide que os Maias construíram na Península de Yucatán, no México. Na base, a pirâmide é quadrada e larga, mas se estreita a medida em que sobe, até tomar, no topo, a forma de um platô. (CALLIARI, 1977, pg. 82) (Figura 8)

Foi chamado o arquiteto e as modificações foram feitas de acordo com a nova inspiração. O projeto novo foi aprovado e, em 1965, o alvará para início das obras foi assinado.

Diferentemente das pirâmides dos Maias, ela tem forma circular e cônica para significar a equidistância e proximidade das pessoas em relação a Deus, lembrando um pouco também a mitra usada pelos bispos nas cerimônias mais solenes; Deus, – como

Figura 8: Pirâmide Maia - inspiração. Fonte: <baixaki.com.br/papel-de-parede/4814-piramide-maia-chichen-itza-mexico.htm>.





Figura 9: Catedral concluída.
 Fonte: <<http://imaginariodejaneiro.com/que-visitar-em-rio-de-janeiro/monumentos/catedral-metropolitana/>>.

que “desce” das alturas para vir ao encontro do homem – é simbolizado pela luz que se esparrama dos quatro braços da cruz, à qual domina grande parte do teto e tem o seu prolongamento nos quatro vitrais que se ligam aos pórticos. (PORTAL UM, 2011)

A Catedral tem as seguintes medidas: 75 metros de altura externa e 64 metros de altura interna, 106 metros de diâmetro externo e 96 de diâmetro interno (Figuras 10, 11 e 12), cada vitral: 64,50 x 17,80 x 9,60 metros; área de 8.000 m², com capacidade para abrigar 20.000 pessoas em pé ou 5.000 sentadas. Uma Catedral imponente enquanto marco na cidade, mas que não tem aceitação favorável por parte da população em função de seu partido arquitetônico (Figura 9).

No entanto, quem consegue deixar de lado a primeira impressão negativa do edifício e transpõe o espaço profano que a cerca, desfruta de um espaço sagrado muito significativo. O interior da igreja enquanto representação do Universo fica patente na sua forma circular quando se transpõe a porta principal, pois o altar em seu centro encimado pela cruz grega de grandes proporções eleva o usuário ao mundo sagrado onde o profano é transcendido. Seus vitrais

coloridos projetam cores diferentes nos diferentes horários do dia criando uma atmosfera sagrada. Estamos falando da recriação do universo religioso no centro de negócios da cidade do Rio de Janeiro, onde homens modernos circulam com seus passos apressados sem momentos de desconexão. Portanto,

Esse homem moderno precisa, talvez ainda mais do que seus antepassados, de um local onde possa refugiar-se do ruído da cidade moderna, para sentir, no silêncio e na tranqüilidade, a realidade sobrenatural, sobre a qual repousa nossa existência. Na igreja o homem procura a solidão para escutar a Deus, trocar confidências mútuas e confiantes, seguras e benévolas. Os pensamentos, as preces, ele os pode dirigir a Deus, também, em outro lugar. Mas não há dúvida de que o ambiente da igreja pode e deve favorecer o recolhimento, a meditação, a oração. (SCHUBERT, 1977, p. 25)

A Catedral Metropolitana proporciona esse recolhimento desde que se consiga transpor vários obstáculos urbanísticos causados pelo número elevado de carros, a falta de um passeio agradável e a visão do edifício “brotando” de um estacionamento.

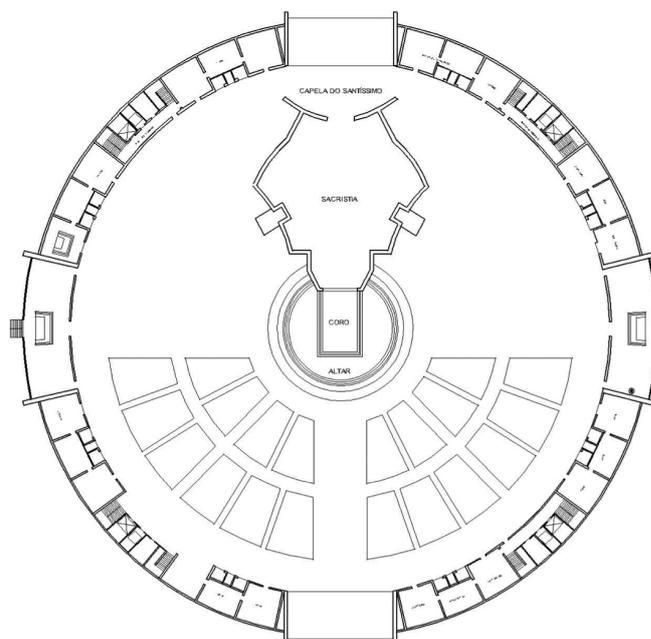
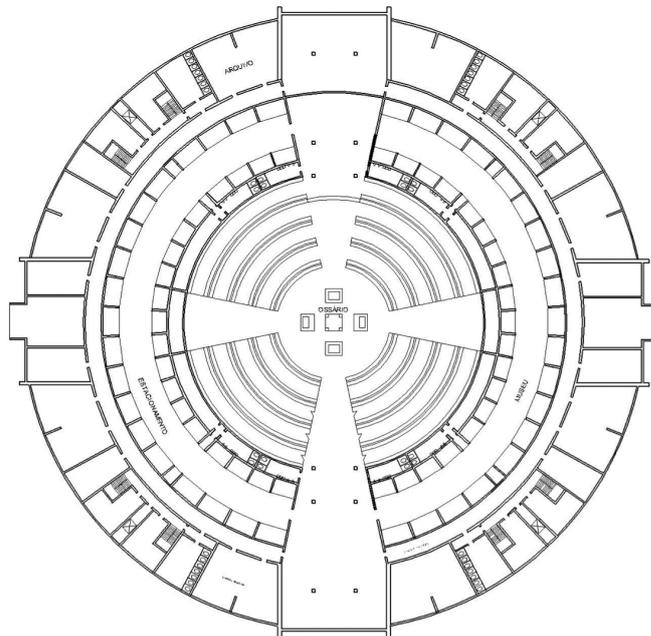
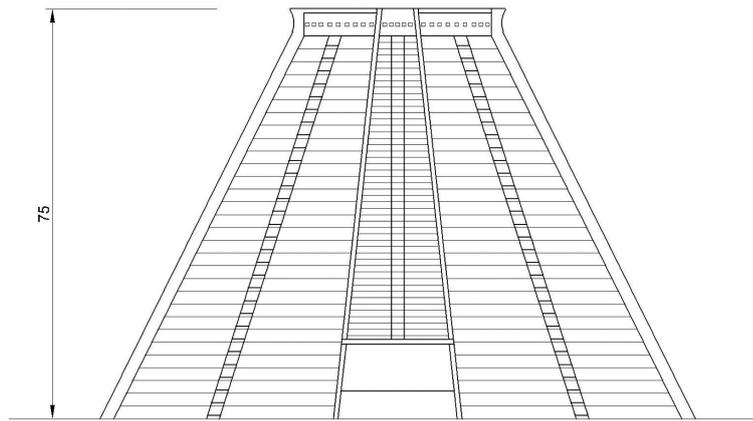


Figura 10 (topo): Fachada esquemática da Catedral Metropolitana. Fonte: Autores sobre Arquivo da Cúria.

Figura 11 (centro): Térreo da Catedral Metropolitana. Fonte: Autores sobre Arquivo da Cúria.

Figura 12: Subsolo da Catedral Metropolitana. Fonte: Autores sobre Arquivo da Cúria.

Uma difícil localização

Após 300 anos de itinerância a Catedral finalmente recebe um lote na Esplanada de Santo Antônio para sua construção e anexos. O que hoje conhecemos como Esplanada de Santo Antônio já foi outrora um lugar chamado Morro de Santo Antônio. O morro de Santo Antônio faz parte do conjunto de morros que delimitava o início da cidade colonial junto ao litoral (Mapa 1). Além dele ainda havia o morro do Castelo, do Senado, Conceição e São Bento. Desses cinco morros, atualmente permanecem o morro de São Bento, morro da Conceição e da Providência.

O morro de Santo Antônio recebeu esse nome em função da ermida destinada a Santo Antônio, construída ao sopé do morro às margens da lagoa de mesmo nome. Com o aterro da lagoa, o espaço

criado ficou conhecido como Campo de Santo Antônio. Esse nome só foi mudado para Largo da Carioca em 1723 com a inauguração do Chafariz que trazia água do rio Carioca.

A questão referente ao arrasamento do morro de Santo Antônio vem desde os tempos da Regência em 1837, mas só em 1850, com o aparecimento da febre amarela, o Visconde de Barbacena cogitou organizar uma empresa para o arrasamento do morro de Santo Antônio. Os motivos eram higiene e salubridade pública, pois os médicos e engenheiros achavam que o morro impedia que os ares frescos do mar adentrassem ao interior da cidade. No entanto parte de seu desmonte só foi acontecer de fato na década de 60 graças à política de urbanismo importado da Europa onde se abriam grandes visadas na cidade em detrimento de seu tecido histórico.

Mapa 1: Morros que delimitavam a cidade colonial junto ao litoral. Fonte: Sisson, 2008, p. 12.



Esse local sofreu várias intervenções urbanas que culminaram numa perda de identidade. A área fazia parte de uma paisagem significativa, de um 'lugar' da cidade do Rio de Janeiro. A falta de uma identidade definida, no entanto, não significa uma falta de potencial para tornar-se um lugar, pois a área em questão possui uma história cultural a ser contada e vivida pelos indivíduos que ali freqüentam ou transitam. No entorno encontramos edifícios de prestígio, além da própria Catedral Metropolitana. A área é também um ponto central que liga fisicamente vários 'lugares' do centro da cidade como Lapa, Cinelândia, Praça Tiradentes, Largo da Carioca e Rua do Lavradio, mas que não exerce nenhum poder imagístico de identidade sobre as pessoas que ali freqüentam. (SOUZA, 2011, p. 2)

O projeto inicial, desejo do Governador Carlos Lacerda, seria transformar a Esplanada de Santo Antônio num grande parque onde a Catedral entraria como elemento principal no centro do terreno, mas não foi o que aconteceu, pois o mesmo foi sendo diminuído pelo Estado a cada modificação de projeto. E a Catedral acabou dividindo seu espaço com os edifícios da Telefônica, Petrobrás, BNH e BNDES. E a Esplanada de Santo Antônio foi sendo desmantelada a cada vez que o Estado precisava de dinheiro assim como a área que seria destinada aos prédios assistenciais também foi vendida. Antes que a Catedral fosse ainda mais sufocada, delimitaram uma área de entorno imediato.

Mesmo com a definição do terreno, os problemas para a construção da Catedral não se extinguiram. A Catedral acabou sendo construída não no centro do terreno, mas num lote dentro da Esplanada de Santo Antônio. O espaço sagrado foi profanado antes mesmo de ser concluído. Esse é um ponto interessante da implantação da Catedral, pois como diz Eliade, "O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano". (ELIADE, 1992, p. 15) No caso da Catedral, no entanto, a igreja nasce num mar de carros e encarcerada entre grades. A Catedral tornou-se um marco turístico, um asterisco no mapa de turismo, mas não confere à área uma identidade enquanto marco religioso.

Esta área, considerada por muitos como um vazio urbano, é caracterizada pela dicotomia Rio Antigo e Rio Contemporâneo. O Rio contemporâneo traz

comorepresentantes edifícios institucionais já citados e o Rio antigo pelo que sobrou docasario na Rua do Lavradio e Rua dos Arcos. A área ficou entre a política dapreservação do patrimônio e a política do 'arrasa-quarteirão', bem marcada noprojeto traçado por Reidy5 em 1948 para a Esplanada de Santo Antônio, que não foifinalizado, mas que foi forte influência para o que hoje existe. A Catedral também fazparte desse plano, caracterizado pela sua escala e imponência como marco de umaavenida moderna. (SOUZA, 2011, p. 4)

Segundo Eliade, o espaço sagrado representa o centro do Cosmos onde o Templo é a imagem santificada da representação desse Cosmos. Tudo que está fora desse Centro representa o espaço profano. No caso da Catedral, a representação do sagrado apesar de imponente, se revela impotente perante o espaço profano que a cerca.

[...] a irrupção do sagrado não somente projeta um ponto fixo no meio da fluidez amorfa do espaço profano, um "Centro", no "Caos"; produz também uma rotura de nível, quer dizer, abre a comunicação entre os níveis cósmicos (entre a Terra e o Céu) e possibilita a passagem, de ordem ontológica, de um modo de ser a outro. (ELIADE, 1992, p. 55)

O entorno da Catedral, que possibilitaria a transição do espaço profano para o sagrado, lhe foi tirado. A igreja deveria se constituir numa rotura no espaço profano da cidade. E a Catedral enquanto marco, representa bem esse papel, mas sua localização dificulta sua utilização enquanto rotura do tempo profano, pois as pessoas não são atraídas a transpor o portal que as levará ao tempo sagrado (Figura 13).

A catedral profanada

Quando em 1959, Juscelino Kubitschek inaugura a Avenida Chile, a nova Esplanada de Santo Antônio constituía uma espécie de vazio urbano no centro da cidade. Nos anos sessenta começou a ocupação da Esplanada, sem nenhum projeto urbanístico (SEGRE, 2000, p. 18). A Prefeitura, aleatoriamente, foi entregando a diferentes instituições parcelas de terrenos para assentar as suas sedes. E a primeira foi a Catedral Metropolitana, em uma área cedida pelo governador Carlos Lacerda em 1963. Curiosamente, o maior templo religioso do Brasil surgiu no Rio de Janeiro e não em Brasília, reafirmando a sua vocação



Figura 13: Relação do espaço sagrado e profano. Fonte: <<http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/circuitos-vejario-arquitetura>>.

religiosa neste tradicional espaço “sagrado”, já conformado no diálogo histórico entre a natureza e o Convento de Santo Antônio.

Com o início do regime militar em 1964, a Esplanada de Santo Antônio se transformou no espaço em que se estabeleceu um diálogo contraditório entre o “sacro” e o “profano”. Imaginando a criação de um centro administrativo de abrangência nacional, o governo militar decidiu localizar na Esplanada três das mais importantes instituições estatais: a Petrobrás; o Banco Nacional de Habitação e o BNDES. Em 1966, ganham o concurso para a sede da Petrobrás os arquitetos de Paraná, Roberto Luis Gandolfi, José H. Sanchotene, Abraão Assad e Luis Forte Netto. Pela sua originalidade, com a forma de um volume cúbico perfurado por vazios que definem áreas abertas de convivência –previstos com antecedência á preocupação atual dos edifícios verdes–; as fachadas com brises e o releve do friso da cornija, constitui o prédio mais icônico da Esplanada,

ao diferenciar-se das tradicionais lâminas de aço e vidro. Posteriormente, em 1968, surgiu a sede do BNH, projeto de Haroldo Cardoso de Souza e Rogério Marques de Oliveira (XAVIER, 1991, p.135). Aqui a tradicional lâmina de vidro se divide em dois subvolumes, articulados por um núcleo central fechado de concreto armado que contém as circulações e os serviços. Finalmente, em 1974, a equipe formada por Alfred Willer, Ariel Stelle, Joel Ramalho Jr., José Sanchotene, Leonardo Oba, Oscar Mueller e Rubens Sanchotene, obtém o primeiro prêmio no concurso para a sede do BNDES, o mais luxuoso e sofisticado edifício da Esplanada (CZAJKOWSKI, 2000, p.36).

A alta torre cúbica de vidro preto se levanta sobre um núcleo central que a separa nitidamente do embasamento. O maior interesse do prédio é a articulação do embasamento com as encostas remanescentes do Morro que pertencem ao espaço verde do Convento de Santo Antônio, e a sua continuidade com o espaço público do Largo da

Carioca. A ratificação da “capitalidade” perdida do Rio de Janeiro, que devia fortalecer-se com a iconicidade deste novo conjunto administrativo nacional, não se concretizou, já que o vazio da Esplanada não foi nunca preenchido, mantendo-se isolados estes “elefantes brancos” no centro da cidade. Apesar da existência de alguns projetos elaborados após a volta da democracia, que procuraram recuperar a dimensão social da Esplanada, nada foi concretizado, continuando a ocupação do espaço com novas torres como o edifício Metropolitan (1991) e o conjunto recente Corporate Ventura Towers (2007).

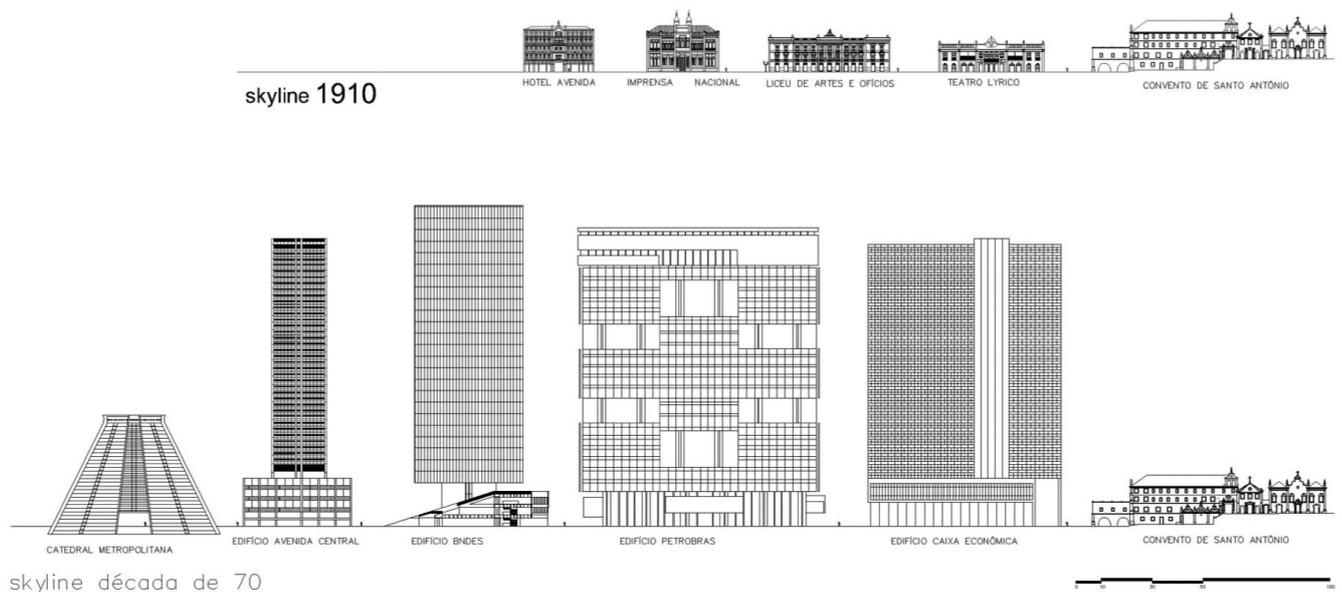
A forte impressão da espacialidade interna da Catedral contrasta com o vazio urbano e com a falta de uma praça monumental que valorize a sua presença, que existia na primeira proposta aprovada por Lacerda. Assim, a edificação que foi idealizada como um grande cone em uma esplanada ficou cercada, cingida e contida pelas grandiosas edificações “laicas”. O adro que estabeleceria um reforço formal ao acesso principal nunca foi estabelecido. De fato, o que se tem é uma extensão mal definida de espaço com áreas verdes precárias, uma terra de ninguém tomada por uma quantidade absurda de carros estacionados. Situada no cruzamento das Avenidas Chile e Paraguai, não se percebe uma clara estrutura compositiva que permita identificar a presença de um templo em um espaço predominantemente laico.

Talvez se deva reconhecer que a preterida Catedral não consegue adquirir a significação de um espaço religioso, assim como os prédios altos da Esplanada, que além de um alinhamento medíocre não apresentam nenhuma conformação urbana consequente, não preenchendo o vazio urbano. Desafortunadamente, o predomínio do profano confuso e desarticulado sobre o sacro acabrunhado, acabou por profanar a simplicidade simbólica do sagrado. (Figura 14)

Complexidades urbanas do patrimônio

Dentro deste contexto de vazio urbano é necessário reconhecer as dicotomias causadas pelo patrimônio material representados pelos edifícios construídos na década de 70 e principalmente sua relação com o entorno, no caso Catedral Metropolitana e transeuntes. Para tanto, Françoise Choay (CHOAY, 2001: 128) salienta a distinção que se faz necessária entre o valor cognitivo e o valor artístico de um monumento. Se o primeiro o acompanha ao longo de toda a sua história, o segundo lhe é agregado ou subtraído com o passar do tempo. Vale dizer que determinados monumentos são reconhecidos como tais e com tal valor desde sua edificação, enquanto que a passagem do tempo pode acrescentar-lhe ou diminuir-lhe o valor artístico.

Figura 14: Skyline da área. Fonte: Material produzido para a tese de Doutorado (em andamento) de Estela Maris de Souza - Autores: Estela Maris de Souza e Leonardo Falcão.



O valor cognitivo é dado de per se, pela construção histórica e pelo nível de informação que se passa à população, enquanto que o segundo partirá sempre de um parâmetro comparativo, especialmente com outros monumentos ou edificações construídos no entorno, principalmente no entorno imediato.

Citando Paolo Rossi,

“O tempo possui uma direção e uma flecha. Escorre de alguma coisa para outra coisa. Na visão linear do tempo, é proibida qualquer repetição. Trabalha-se somente com eventos singulares, individuais, não repetíveis, cada um se posicionando num ponto determinado da flecha. Porém, muitos afirmaram que pedaços do passado se reapresentam no presente, dando lugar a renascimentos ou a retornos. Na ideia do retorno está implícita a de uma volta e de uma repetição, de uma não unicidade e não repetibilidade dos eventos, de possíveis uniformidades ou leis do devir. A metáfora da flecha se mistura, de modos imprevisíveis e complicados, à do ciclo”. (ROSSI, 2007:129-130)

No Rio de Janeiro, a questão do ambiente construído sempre se revestiu de complexidade, com um dado especial que é a exuberância do patrimônio natural. Por vezes, tentou-se competir com a beleza da natureza; outras vezes, tentou-se fazer que o ambiente construído se integrasse, sem competir, com o ambiente natural. O centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se iniciou o processo de ocupação e colonização da cidade, sofreu inúmeras intervenções que descaracterizaram por completo a paisagem natural e estabeleceu uma competição, muitas vezes predatória, entre o novo e o antigo.

Assim, a compreensão das complexidades urbanas do patrimônio não pode ser reduzida à questão da historicidade ou beleza da edificação, mas deve abranger a implantação urbana da mesma e sua percepção pela população da cidade. A questão tem seu foco deslocado para a questão de como as pessoas percebem ou utilizam aquele monumento; se o valor que lhe é dado é unicamente simbólico ou se lhe é agregado valor histórico e artístico.

Entendendo-se a cidade como um organismo vivo, com dinâmicas endógenas e exógenas, a questão do patrimônio torna-se ainda mais complexa, pois

que ele figuraria como a cristalização em meio a um ambiente essencialmente fluido.

Citando Maria Cecília Fonseca, há que se fazer a distinção entre bem cultural e bem patrimonial: “Ao se considerar um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc. -... -) enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referências a ordem da cultura” (FONSECA, 2009:42). Neste sentido, e pelo que se exporá a seguir, pode-se classificar a Catedral do Rio de Janeiro como um bem cultural.

Ainda Françoise Choay destaca, na integração do patrimônio com a vida contemporânea, ao tratar da reutilização, que “as verdadeiras dificuldades surgem quando se trata de dar uma destinação aos velhos edifícios religiosos, de culto ou conventuais” (CHOAY, 2001, 221). Tal questão não envolveu as diversas igrejas que abrigaram a Catedral do Rio de Janeiro nem tampouco a atual Catedral.

A Catedral do Rio de Janeiro sempre esteve abrigada em igrejas, como descrito no início deste artigo, que, com exceção da primeira Igreja de São Sebastião, ainda existem preservadas e na sua funcionalidade. A questão parece ser outra, de caráter subjetivo, que é a percepção por parte dos utilizadores – os fiéis católicos – e da população como um todo de que aquele prédio é sua Igreja Matriz, vale dizer sua Igreja-Mãe, aquele edifício que seria a epítome de sua catolicidade.

No Rio de Janeiro, os sucessivos Planos Diretores descaracterizaram a fisionomia do Centro da cidade, tanto arquitetônica e urbanisticamente quanto topograficamente. Intervenções duras que causaram o aumento da complexidade do diálogo do patrimônio. E ao se falar em diálogo, é importante lembrar que esse diálogo é feito entre o edifício/monumento de interesse patrimonial e os edifícios vicinais como também entre ele e o entorno urbano, imediato e a cidade como um todo.

É inegável a matriz européia do Brasil, sem que aqui se faça referência à colonização portuguesa; mas se levarmos em consideração o Brasil independente, especialmente o Segundo Reinado, veremos que este sempre se colocou “de costas para o Brasil e de frente para a Europa”, na frase de Oliveira

Viana, repetida na música de Milton Nascimento e Fernando Brandt que dizia “ficar de frente pro mar, de costas pro Brasil”, com a monarquia brasileira buscando “afrancesar-se”, querendo ser (e tornando-se culturalmente) muito mais Orléans do que Bragança. Os republicanos, que tentaram a todo custo dar uma cara brasileira à República, buscaram exatamente na França e nos Estados Unidos o modelo político e cultural a seguir. De certo modo, pode-se dizer que deixamos de ser monárquicos, mas nos mantivemos “franceses”.

Desta forma, muito do disposto na Conferência de Atenas sobre a conservação de monumentos de arte e de história, realizada em 1931, aplica-se ao Brasil, ainda que o Brasil ou países de quaisquer outros continentes que não a Europa se fizesse presente. De um modo especial, a ênfase na ação do poder público não apenas no aspecto da preservação, mas também na educação, sobretudo dos mais jovens, como citado na Resolução da Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual, de 1932 (apud CHOAY, 2011:156-162, passim).

Este parece ser o ponto para se reintroduzir a questão da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro na discussão sobre o patrimônio construído. Dominique Poulot afirma que “qualquer tipo de patrimônio, tal como o entendemos atualmente, tem a vocação de encarnar uma identidade em certo número de obras ou de lugares” (POULOT, 2009:40).

Tradicionalmente, as Igrejas Catedrais assumem nas cidades de matriz religiosa católico-romana, papel de centralidade. Desta forma, entende-se que a Catedral de S. Sebastião do Rio de Janeiro fosse sempre situada nos eixos centrais da cidade (quase a evocar a proximidade com o cardus e o decumanus das cidades romanas) ou próxima a eles. Se na Europa (Westminster, Colônia, Milão, Notre Dame de Paris etc.) as Catedrais têm o poder de agregar os fiéis em torno de si, como epítome da religiosidade, na América Latina também encontramos esses exemplos, como no caso da Catedral de Nossa Senhora de Guadalupe, na Cidade do México, na Catedral de Santa Rosa de Lima, no Peru, etc.

Por outro lado, no Brasil encontramos poucos exemplos dessa utilização simbólica nas grandes cidades, especialmente nas capitais. Um exemplo disso é a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em

Belém, Pará, que galvaniza multidões não somente durante o Círio (registrada como a maior festa católica do mundo), mas ao longo de todo o ano, sendo o referencial devocional da fé.

Neste sentido, cumpre indagar como o povo da cidade do Rio de Janeiro percebe sua Catedral, qual a valoração que lhe dá. Não apenas os serviços religiosos dominicais não congregam grandes massas, como até mesmo a festa do Padroeiro da Cidade, que atrai uma multidão em sua saída da Igreja de S. Sebastião dos Frades Capuchinhos, na Tijuca, até sua chegada na Catedral, não tem grande entrada de fiéis nesta para o que seria o ato litúrgico maior, que seria a celebração da Missa. Estes se dispersam após o “Auto de S. Sebastião”, que recorda o martírio do santo.

Esta não percepção da Catedral como igreja-mãe torna-a pouco representativa para a população de seu papel devocional.

Ora, se não se presta ao papel cultural-devocional, a que linguagem de discurso pode ser vinculada a Catedral do Rio de Janeiro? Parece não restar dúvidas que ao discurso de poder. Ela é o sinal visível do Arcebispado do Rio de Janeiro em meio a uma implantação dominada pelas edificações seculares e profanas. Ou seja, ela representa o sagrado em meio ao profano, o poder eclesiástico em meio ao poder civil, seja ele político ou econômico. Neste sentido, ao dialogar com as outras edificações e com o entorno de sua implantação, a Catedral do Rio de Janeiro dialoga primeiramente consigo própria, reafirmando o que re(a)presenta no local onde está.

Assim, o foco da complexidade dos diálogos do patrimônio no coração da Urbs desloca-se do antigo X moderno para o moderno sagrado X moderno profano. Ao mesmo tempo a arquitetura assume um valor simbólico particular atribuído pela significação que estabelece o uso social contido nos rituais e celebrações no espaço sagrado que constitui o patrimônio imaterial. Eis as razões pelas quais foi afirmado que a Catedral de S. Sebastião é antes um bem cultural do que um bem patrimonial.

Referências bibliográficas

CALLIARI, Ivo Antonio. *Trezentos anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

- CZAJKOWSKI, Jorge (Edit.). *Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.*
- BITTAR, William; MENDES, Chico; VERISSIMO, Chico. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI.* Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* S. Paulo: Estação Liberdade e Ed. UNESP, 2001.
- _____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência da religião.* [tradução Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- FRIDMAN, Fania e MACEDO, Valter L. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. Acesso em: 08 fev 2013. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie2.pdf>>.
- GEERTZ, Clifford. (1926). *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.
- JÚNIOR, Donato Mello. A Catedral que o Rio de Janeiro não chegou a ter. *Separata da Revista de Cultura do Pará*, Ano 6 – Nos 24 e 25 – Julho/Dezembro – 1976, Belém, Pará.
- MALTA, Augusto. Castello: I[greja de] S[ão] S[ebastião] do Rio de Jan[eiro] : ultima missa. Rio [de Janeiro: [s.n.], 1 [nov.1]92. 1 foto, gelatina, p&b, 17 x 23cm em papel: 17,2 x 23,5cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402158/icon1402158.jpg>. Acesso em 24 jan. 2017.
- PENNA FIRME, Raúl, "Projecto de melhoramento e embelezamento do Morro de Santo Antônio e de uma grande cathedral para ser edificada no alto do Morro", In: *Architectura no Brasil*. No. 25, Vol. V. Rio de Janeiro, 1925, pp. 5-12.
- PILAGALLO, Oscar. *Crenças e templos: devoção e fé.* São Paulo: Folha de São Paulo, 2012.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente.* S. Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PORTAL UM (24 de fevereiro de 2011). *Catedral de São Sebastião – Rio de Janeiro.* Disponível em: <http://www.portalum.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1621:catedral-de-sao-sebastiao-rio-de-janeiro&catid=93:turismo-religioso&Itemid=451>. Acesso em 22 fevereiro 2013.
- PREFEITURA do Distrito Federal; AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento.* Paris, Foyer Brésilien, 1926-1930.
- RIO, João do. *As Religiões no Rio.* Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976. Coleção Biblioteca Manancial n.º 47.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica.* Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.
- _____. *Hierópolis: o sagrado e o urbano.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento.* S. Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- SANSÃO, Adriana. *A nova forma da Esplanada de Santo Antônio.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2004.
- SCHUBERT, Mons. Guilherme. *Arte para a Fé.* São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- SEGRE, Roberto. "Os caminhos da modernidade carioca (1930-1980)", In: CZAJKOWSKI, Jorge (Edit.), *Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, CAU/SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000, pp. 5-22.
- SOUZA, Estela Maris de. *O entorno da Catedral Metropolitana: a construção de um não lugar?* 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.
- XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza, *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, São Paulo: Rioarte; Fundação Vilanova Artigas; Pini, 1991.

Recebido [Jun. 22, 2016]

Aprovado [Nov. 01, 2016]